

ORDEM DOS CONTABILISTAS E AUDITORES DE MOÇAMBIQUE

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 31 DE DEZEMBRO DE 2017

Índice

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE	3
Opinião	3
Bases para a Opinião	3
Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras	4
BALANÇO	6
DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS	7
DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA	8
DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO	9
NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS	. 10



Maputo Av. 24 de Julho N° 7, 8° Andar Prédio (POLANA SHOPPING) Cel: +258 82 31 25 660

Tel: +258 21 48 33 97

Email:bksc@nexia-bksc.co.mz Web: www.nexia-bksc.co.mz Matola Av. Namaacha, Talhão 859 1° Andar Tel: +258 21 72 01 88 Tel: +258 84 30 25 660 Web:www.nexia.com

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

AO CONSELHO GERAL DA OCAM - ORDEM DOS CONTABILISTAS E AUDITORES DE MOÇAMBIQUE

Relatório sobre as Demonstrações Financeiras

Opinião .

Auditamos as demonstrações financeiras anexas da OCAM-ORDEM DOS CONTABILISTAS E AUDITORES DE MOÇAMBIQUE, que compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2017 e a demonstração dos resultados, a demonstração das variações no capital próprio e a demonstração de fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, bem como as notas às demonstrações financeiras, incluindo um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma apropriada, em todos os aspetos materiais, balanço da OCAM-ORDEM DOS CONTABILISTAS E AUDITORES DE MOÇAMBIQUE em 31 de Dezembro de 2017 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao exercício findo naquela data, de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE).

Bases para a Opinião

Realizamos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA). As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção *Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras* deste relatório. Somos independentes da entidade de acordo com os requisitos éticos relevantes para a auditoria de demonstrações financeiras em Moçambique, e cumprimos as restantes responsabilidades éticas previstas nesses requisitos. Estamos convictos que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

3



Responsabilidade do Conselho Geral e dos Encarregados da Governação pelas Demonstrações Financeiras

A Secretaria Geral é responsável pela preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE), e pelo controlo interno que ele determine ser necessário para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro.

Quando prepara demonstrações financeiras, a Secretaria Geral é responsável por avaliar a capacidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias relativas à continuidade e usando o pressuposto da continuidade a menos que o Conselho Geral tenha a intenção de liquidar a entidade ou cessar as operações, ou não tenha alternativa realista senão fazê-lo.

O Conselho Geral é responsável pela supervisão do processo de relato financeiro da entidade.

Responsabilidades do Auditor pela Auditoria das Demonstrações Financeiras

Os nossos objetivos consistem em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorção material, devido a fraude ou a erro, e em emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detectará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são considerados materiais se, isolados ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas na base dessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e, também:

Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco para uma distorção devido a erro dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno.



- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade.
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo Conselho Geral.
- Concluímos sobre a apropriação do uso, pelo Conselho Geral, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe uma incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam pôr em dúvida a capacidade da entidade em continuar as suas operações. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, futuros acontecimentos ou condições podem provocar que a entidade descontinue as operações.

Comunicamos com o Conselho Geral, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as matérias relevantes de auditoria incluindo qualquer deficiência de controlo interno identificado durante a auditoria.

O sócio responsável pela auditoria de que resultou este relatório é **Jeremias Cardoso da Costa**, Auditor Certificado, Licença № 41/CA/OCAM/2014.

BKSC AUDITORS & MANAGEMENT CONSULTANTS, LDA t/a NEXIA BKSC

Sociedade de Auditores Certificados nº 10/SCA/OCAM/2014, representada por:

Jeremias Cardoso Da Costa

Maputo, 04 de Julho de 2018





BALANÇO

Em 31 DE DEZEMBRO DE 2017

			Valores em MZN
Descrição	Notas	2017	2016
ACTIVO			
Activos não correntes		3.981.160	4.303.399
Activos tangíveis	<u>5</u>	3.682.646	3.903.033
Activos intangíveis	<u>5</u>	298.514	400.367
Ativos correntes		51.127.894	41.208.697
Caixa e equivalentes de caixa	<u>6</u>	15.301.879	6.832.482
Quotas a receber	Z	25.112.018	25.313.678
Gastos diferidos	11	143.576	20.843
Outros activos correntes	8	10.570.422	9.041.694
Total dos activos]	55.109.054	45.512.096
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVOS Capital próprio		52.505.983	43.764.113
		52.505.983	43.764.113
Capital (jóias)	9	22.535.000	19.825.000
Resultados transitados	9	24.746.125	22.378.452
Resultado do período	9	5.224.857	1.560.661
Passivos correntes		2.603.071	1.747.983
Acréscimos de gastos e rendimentos e diferidos	11	798.077	1.036.102
Outros passivos correntes	<u>10</u>	1.804.995	711.881
Total do capital próprio e dos passivos	# !	55.109.054	45.512.096
Total do capital próprio e dos passivos O Bastonário			45.512.
Mário Vicente Sitoe		João Jeque	Manguengue

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

			Valores em MZN
Descrição	Notas	2017	2016
Rendimentos operacionais		67.738.457	70.921.113
Quotas	12	52.137.500	47.112.500
Outros	12	15.600.957	23.808.613
Gastos operacionais		(63.205.532)	(71.270.407)
Gastos com o pessoal	13	(10.949.711)	(11.576.534)
Fornecimentos e serviços de terceiros	14	(31.237.210)	(34.386.684)
Ajustamentos de contas a receber	<u>15</u>	(19.880.348)	(24.081.238)
Depreciações e amortizações	<u>5</u>	(1.138.264)	(1.225.951)
Resultado operacional		4.532.925	(349.294)
			<u></u>
Rendimentos e ganhos financeiros	<u>16</u>	1.317.529	2.404.558
Gastos e perdas financeiras	<u>17</u>	(625.596)	(494.604)
Resultado do período		5.224.857	1.560.661
O Bastonário		O Contab	oilista Certificado
Mário Vicente Sitoe		João Jeq	ue Manguengue
			i

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

		Valores	em MZN
Descrição	Notas	2017	2016
Fluxos de caixa das actividades operacionais			
Resultado do período		5.224,857	1.560.66
Ajustamentos ao resultado relativos a:			
Amortizações	5	1.138.264	1,225,95
Provisões, acréscimos e diferimentos	11	(360.759)	(425.069
Ajustamento de contas a receber	15	19.880.348	24.081.23
Ajustamentos de activos não correntes		-	2.96
Antes das alterações no fundo de maneio		25.882.710	26,445,749
(Aumento) /redução de quotas a receber	<u>7</u>	(19.653.688)	(17.270.796
(Aumento) /redução de outros ativos correntes	8	(1.553.728)	(8.852.686
Aumento/ (redução) de outros passivos correntes	10	1.093.114	(869.253)
Caixa líquida gerada pelas / (usada nas) actividades operacionais		5.768.409	(546.986
Fluxos de caixa das actividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Aquisição de activos tangíveis e intangíveis	<u>5</u>	(816.024)	(828.611)
Caixa líquida usada nas actividades de investimento		(816.024)	(828.611)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento			
Recebimentos respeitantes a:			
Aumento/ (redução) de jóias	9	2.710.000	2.685.000
Outras variações nos fundos próprios	9	807.012	(1.235.729)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento		3.517.012	1.449.271
Variação de caixa e equivalentes de caixa		8.469.397	73.673
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6	6.832.482	6.758.809
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período		15.301.879	6.832.482
O Bastonário	0	Contabilista Certificad	lo
Mário Vicente Sitoe	Jo	ão Jeque Manguengu	e



Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO

Demonstrações Financeiras para o ano findo a 31 de Dezembro de 2017

PARA O ANO FINDO A 31 DE DEZEMBRO DE 2017

os Joias Resultados transitados Resultado do 40 19.825.000 22.378.452 Resultado do ajustamentos - 807.012 - s - 15.60.661 - ias) 2.710.000 24.746.125 -			Fundos Próprios	Prónrios	Valores em MZN
Joias Resultados transitados Resultado do para la company 19.825.000 22.378.452 1 - 807.012 1 - 23.185.464 1 - - 1.560.661 (2.710.000 23.785.00 - -	Natureza dos movimentos	The state			
19.825.000 22.378.452 1 - 807.012 19.825.000 23.185.464 1 - 1.560.661 ()		Joias	Resultados transitados	Resultado do período	Total
- 807.012 - 19.825.000 23.185.464 11 1.560.661 (3.2.710.000 - 22.535.000 24.746.125	Saldo no início do período	19.825,000	22,378,452	1,560,661	43.764.113
19.825.000 23.185.464 1 - 2.710.000 23.185.464 1 - 1.560.661 (Alterações no período:				
19.825.000 23.185.464 1 1.560.661 (;	Correções de erros	•	807.012	3	807.012
22.535.000 24.746.125 (3	Saldo de abertura apos ajustamentos	19.825.000	23.185.464	1.560,661	44.571.125
2.710.000 24.746.125 5	Resultado do período	1		5.224.857	5.224,857
22.535.000	Transferência de resultados	j.	1.560.661	(1.560.661)	
22.535.000	Subscrição de membros (jóias)	2.710,000	1	1	2.710.000
	Saldo no fim do período	22.535.000	24.746.125	5.224,857	52,505,983

O Bastonário

O Contabilista Certificado

João Jeque Manguengue

Mário Vicente Sitoe

NOTAS AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Introdução

A Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique é uma pessoa colectiva de direito público, independente do Estado e de quaisquer organizações públicas e privadas, nela inscrita.

Criada através da Lei n.º 8/2012 de 08 de Fevereiro, a OCAM desenvolve uma actividade não lucrativa, de interesse público, regendo-se pelo estatuto próprio e pelos regulamentos internos e demais legislação aplicável, gozando de personalidade jurídica, dispondo de autonomia administrativa, financeira, patrimonial, científica, técnica e regulamentar.

OCAM tem a sua sede na 1ª Rua perpendicular, nº 26, Bairro da Coop, Cidade de Maputo – Moçambique, com três (3) delegações, Centro, Norte e Província de Maputo, e inscrita sob o NUIT 700 128 636.

Membros do Conselho Geral

Nome Posição		Representação
Mário Vicente Sitoe	Bastonário	Colégio dos Contabilistas
Abel Jone Guaiaguaia	Vice-Presidente	Colégio dos Auditores
Abdul Hamid	Presidente do Colégio dos Auditores	Colégio dos Auditores
Venâncio Chirrime	cio Chirrime Vice-Presidente de Colégio dos Auditores	
Benjamim Nanja Presidente de Colégio dos Contabilistas		Colégio dos Contabilistas
Natércia Remane Vice-Presidente de Colégio dos Contabilistas		Colégio dos Contabilistas
Representante da Associação Moçambicana de Elísio Langa Bancos		Associação Moçambicana de Bancos
Representante da Associação Moçambicana de Sérgio Trincheiras Empresas Seguradoras		Associação Moçambicana de Empresas Seguradoras

Objectivos da OCAM

Constituem objectivos da OCAM:

- a) A definição de regras de acesso e exercício da profissão de contabilidade e auditoria e certificação das categorias profissionais de contabilista certificado e de auditor certificado, através da emissão das respectivas cédulas profissionais;
- A superintendência de todos os aspectos relativos ao acesso e exercício das profissões de contabilidade e auditoria, de modo a garantir a sua independência técnica e funcional, a defesa da dignidade e prestígio dos seus membros, bem como dos seus direitos e prerrogativas, a afirmação da função social da profissão e a promoção e respeito pelos respectivos princípios deontológicos;
- c) A representação dos interesses profissionais de todos aqueles que exerçam ou venham a exercer em Moçambique actividades profissionais de contabilidade e de auditoria;
- d) O exercício da jurisdição disciplinar relativamente a todos os seus membros;
- e) A promoção dos mais elevados padrões técnicos e níveis de desempenho dos membros.



1. Bases de apresentação e principais políticas contabilísticas

As demonstrações financeiras, para o ano findo a 31 de Dezembro de 2017, foram preparadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade para as Pequenas e demais Empresas (PGC-PE), aprovado pelo Decreto 70/2009 de 22 de Dezembro, e com base no principio de custo histórico, excepto onde expressamente indicado em contrário pelas políticas contabilísticas. Estas Demonstrações Financeiras foram ainda preparadas com base no princípio do acréscimo e da continuidade.

A preparação das demonstrações financeiras com base no (PGC-PE) estabelece a utilização de estimativas fundamentais. As questões que requeiram um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativas, são apresentadas na nota 3.

Assim estas demonstrações financeiras refletem o resultado das operações e a posição financeira da OCAM com referência a 31 de Dezembro de 2017 e estão apresentadas em Meticais (MZN), arredondados à unidade mais próxima, excepto onde de contrário for indicado.

2. Principais políticas contabilísticas

(a) Activos fixos intangíveis

Os activos intangíveis estão valorizados ao custo de aquisição, líquido das amortizações acumuladas. As amortizações são calculadas segundo o método das quotas constantes, numa base duodecimal, de forma a amortizar o seu valor ilíquido durante 3 anos.

(b) Activos fixos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados no decurso das suas actividades, são registados ao custo de aquisição, deduzidos de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

O custo de aquisição inclui o preço pago pela propriedade do activo e todos os custos directamente incorridos para o colocar no estado de funcionamento.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado, apenas se for provável que deles resultarão benefícios económicos futuros para a entidade. As despesas de manutenção e reparação e outras associadas ao seu uso, são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

As depreciações são calculadas segundo o método das quotas constantes, numa base duodecimal, sobre os valores de aquisição, de forma a reintegrar totalmente os bens no fim da sua vida útil esperada. A depreciação dum activo começa quando este está disponível para uso.

As taxas de depreciação aplicadas variam entre os limites mínimos e máximos legalmente estabelecidos como a seguir se indica:

Descrição	Taxa anual
Mobiliário administrativo e equipamento básico	10% - 25%
Equipamento de transporte	10% - 25%
Construções	2% - 5%

(c) Benefícios dos empregados

Os benefícios de curto prazo são mensurados numa base não descontada e imputados aos resultados na medida em que o serviço é prestado.

É reconhecido um passivo para o montante esperado de benefícios, se a entidade tem uma obrigação legal ou construtiva em pagar esse valor, resultante de um acontecimento passado de um serviço prestado por um empregado e, se a obrigação puder ser mensurada com fiabilidade.

(d) Caixa e equivalentes de caixa

Os montantes incluídos na rubrica de caixa e equivalentes de caixa correspondem aos valores de caixa em cofre, depósitos bancários à ordem, depósitos a prazo e outras aplicações de tesouraria, vencíveis a menos de três meses, e que possam ser imediatamente mobilizáveis com risco de alteração de valor insignificante.

(e) Instrumentos financeiros

(i) Reconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros

Classificam-se activos financeiros os empréstimos e contas a receber, isto é, os activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determináveis, que não estão cotados num mercado activo.

Classificam-se como passivos financeiros os empréstimos obtidos e contas a pagar.

Um activo financeiro ou passivo financeiro é reconhecido quando, e somente quando, a entidade se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Quando o activo financeiro ou passivo financeiro é inicialmente reconhecido, a entidade mensura-o pelos custos de transação que sejam directamente atribuíveis à aquisição ou emissão do activo financeiro ou passivo financeiro.

(ii) Anulação do reconhecimento de activos financeiros e passivos financeiros

O reconhecimento de activos financeiros ou uma parte deles é anulado quando expiram os direitos contratuais da entidade sobre os fluxos de caixa, e quando a entidade transfere substancialmente todos riscos e vantagens relacionados com o activo financeiro transferido, ou quando a entidade não transfere e nem retêm substancialmente todos riscos e vantagens do activo financeiro transferido mas perde o controlo sobre o activo financeiro transferido.

O reconhecimento de passivos financeiros ou parte deles é anulado quando estiver terminada, cancelada ou expirada a obrigação estipulada no contrato. Na anulação do reconhecimento, a diferença entre o valor escriturado do passivo financeiro incluindo os custos não amortizados que lhe são relacionados, e os valores pagos são transferidos para resultados.

(f) Reconhecimento de gastos e rendimentos

A entidade regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização do exercício, pelo qual estes rendimentos são reconhecidos na data da transação que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas, são registados nas rubricas de "Outros activos activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

(g) Reconhecimento dos proveitos / receitas

Constituem receitas da OCAM os valores recebidos provenientes de:

- Quotas fixadas pelos órgãos da OCAM;
- Juros bancários;
- Patrocínios;
- Outras receitas.

O proveito é reconhecido apenas quando é provável que os benefícios económicos inerentes a transações fluam para a entidade, e a quantia do proveito, custos associados incorridos ou a serem incursos possam ser mensurados com fiabilidade.

(h) Provisões

As provisões são reconhecidas, quando e somente quando, a entidade têm uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada balanço e são ajustadas de modo a reflectir a melhor estimativa a essa data.

Uma provisão para contratos onerosos é reconhecida quando os benefícios que a entidade prevê obter de um contrato são inferiores ao custo que a entidade irá, inevitavelmente, incorrer para cumprir as suas obrigações ao abrigo desse contrato. A provisão é medida tomando-se como base o valor actual do custo mais baixo previsto para terminar o contrato e o custo líquido previsto para continuar o contrato. Antes de uma provisão ser constituída, a entidade reconhece todas as perdas por imparidade nos activos associados a esse contrato.



(i) Gastos financeiros

Gastos de financiamento obtidos e directamente atribuídos aos custos de aquisição, construção ou produção de bens são capitalizados como parte do custo desses activos. A capitalização desses custos cessa quando os bens estiverem substancialmente prontos para seu uso pretendido ou venda.

Os juros de aplicações de curto prazo dos financiamentos obtidos que ainda aguardam aplicação na aquisição, construção ou produção dos activos são deduzidos os respectivos custos de capital. Os restantes custos de financiamento são reconhecidos como encargo no momento em que são incorridos.

(j) Moeda de relato

O Metical (MZN) constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pela entidade nas suas operações e demonstrações financeiras. As transações em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transação.

Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data do balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados do exercício, como ganhos ou perdas conforme o caso.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transação.

(k) Transações e saldos em moeda estrangeira

As transações em moeda estrangeira são convertidas, no momento do seu reconhecimento inicial, à taxa de câmbio vigente na data da transação.

Os activos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio prevalecente na data da sua liquidação ou do Balanço, entre elas a que ocorrer primeiro. As diferenças cambiais resultantes da liquidação ou conversão de activos ou passivos monetários são incluídas nos resultados do período em que ocorram e divulgados.

(I) Eventos subsequentes

Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data das demonstrações financeiras são reflectidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data das demonstrações financeiras que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data das demonstrações financeiras são divulgados nas notas às demonstrações financeiras consolidadas, se significativos.

(m) Passivos contingentes

Os passivos contingentes são divulgados, quando a entidade tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos, mas o montante da obrigação ou o momento de qualquer saída de recursos não possam ser razoavelmente estimados.

A não ser que a possibilidade de saída de recursos seja remota, a entidade divulga para cada classe de passivo contingente à data de balanço, uma breve descrição da natureza do passivo contingente e quando praticável:

a. Uma estimativa do seu efeito;



- b. Uma indicação das incertezas relacionadas com a quantia ou o momento de qualquer saída de recursos; e
- A possibilidade de qualquer reembolso.

Quando a entidade estiver conjunta e solidariamente comprometida a uma obrigação, a parte da obrigação que se espera que seja satisfeita por outras partes é tratada como um passivo contingente. A entidade reconhece uma provisão para a parte da obrigação relativamente à qual seja provável um exfluxo de recursos que incorporem benefícios económicos, excepto nas circunstâncias extremamente raras em que nenhuma estimativa possa ser feita.

(n) Compensação

Quando existe um direito legal de compensação entre activos e passivos financeiros reconhecidos e não há intenção de pagar o passivo e realizar o activo simultaneamente, ou quita-lo pelo valor líquido, todos efeitos financeiros relacionados são compensados.

3. Principais julgamentos, estimativas e pressupostos contabilísticos

A preparação das demonstrações financeiras anuais com base nos princípios de contabilidade geralmente aceite em Moçambique requer o uso de certas estimativas contabilísticas críticas. Também requer aos responsáveis pela gestão o exercício de certos julgamentos no processo de aplicação das políticas contabilísticas. Todas as áreas que envolvam um alto grau de julgamento ou complexidade, ou certas assunções ou estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, são divulgadas nas respectivas secções das demonstrações financeiras. Embora estas estimativas são baseadas no melhor conhecimento que os gestores detêm dos acontecimentos correntes e requeiram a tomadas de acções no futuro, os resultados reais poderão diferir dessas estimativas.

As principais estimativas contabilísticas utilizadas são analisadas como segue:

Ajustamentos de contas a receber

A entidade reavalia periodicamente as evidências de as contas a receber estarem registadas por uma quantia superior ao valor que se espera recuperar de forma a aferir da necessidade de reconhecer um ajustamento correspondente ao respectivo risco de incobrabilidade. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usadas estimativas da administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que a entidade é parte interessada, são constituídas atendendo à expectativa de parte do Conselho Geral, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto de revisão anual.



4. Alteração nas políticas contabilísticas, estimativas e erros

No exercício findo a 31 de Dezembro de 2017, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que afectem a comparabilidade com o exercício económico de 2016. De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a ré-expressão das quantias comparativas.

5. Activos não correntes			
	Saldo inicial	Adições	Saldo final
Activos intangíveis			
Propriedade industrial e outros direitos	1.070.288	8.	1.070.288
Subtotal	1.070.288		1.070.288
Activos tangíveis	(* *		
Mobiliário e equipamento administrativo social	4,512,430	816.024	5.328.454
Equipamento de transporte	1.642.995		1.642.995
Subtotal	6.155.425	816.024	6.971.449
Total	7.225.713	816.024	8.041.737
AMORTIZAÇÕES	Saldo inicial	Reforço	Saldo final
Activos intangíveis	-		
Propriedade industrial e outros direitos	669.921	101.853	771.774
Subtotal	669.921	101.853	771.774
Activos tangíveis			
Mobiliário e equipamento administrativo social	1.088.604	625.662	1.714.266
Equipamento de transporte	1.163.788	410.749	1.574.537
Subtotal	2.252.392	1.036.411	3.288.803
Total	2.922.314	1.138.264	4.060.577
Activos líquidos	4.303.399	-	3.981.160

Os aumentos registados na rubrica de mobiliário e equipamento administrativo resultam na sua maioria da aquisição de três (3) laptops e três (3) impressoras.



	Demonstrações Financ	eiras para o ano findo a 31 o	de Dezembro de 2017
Descrip	9	2017	
Descrição	Custo	Amortizações	Activo líquido
Propriedade industrial e outros direitos	1.070.288	(771.774)	298.514
Mobiliário e equipamento administrativo social	5.328.454	(1.714.266)	3.614.188
Equipamento de transporte	1.642.995	(1.574.537)	68.458
Total	8.041.737	(4.060.577)	3.981.160

			2016	
Descrição		Custo	Amortizações	Activo líquido
Propriedade industrial e outros direitos		1.070.288	(669.921)	400.367
Mobiliário e equipamento administrativo social		4.512.430	(1.088.604)	3.423.826
Equipamento de transporte		1.642.995	(1.163.788)	479.207
Total	5° 	7.225.713	(2.922.314)	4.303.399
6. Caixa e equivalentes de caixa				
or carra c equivalences ac carra		2017	2016	Variação
Caixa - fundo de maneio		1.896.173	326.625	1.569.548
Saldo de Bancos Depósitos à ordem				
Saldos de Bancos em moeda nacional		5.232.920	1.414.687	3.818.234
Saldos de Bancos em moeda estrangeira Depósitos a prazo		172.785	91.170	81.615
Saldos de Bancos em moeda nacional		8.000.000	5.000.000	3.000.000
Total		15.301.879	6.832.482	8.469.397
A rúbrica de bancos apresenta-se como se segue:				
A Tublica de balicos apresenta-se como se segue.		2017	2016	Variação
Caixa - fundo de maneio		1.896.173	326.625	1.569.548
Depósitos à ordem				
BCI 7794444810001 MZN		3.383.599	954.836	2.428.763
BCI - 779444481002 MZN		27.102	3.418	23.684
BIM 277794906 MZN		1.420.405	343.382	1.077.023
MOZA BANCO 186461410001 MZN		401.039	112.932	288.107
MOZA BANCO 186461415001 USD		167.982	56.286	111.696
ABC 002249440119 MZN ABC 002249440210 USD		775 4.803	118	657
		4.003	34.885	(30.082)
Depósitos a prazo				
BCI MZN	a)	8.000.000	5.000.000	3.000.000
Total		15.301.879	6.832.482	8.469.397



a) Depósito à prazo no BCI por um período de três (3) meses contados a partir de 16/10/2017, vencendo juros a taxa de 20.75% ao ano.

7. Quotas a receber

	_	2017	2016	Variação
Membros Ajustamentos de contas a receber	(b)	68.950.933 (43.838.915)	49.297.245 (23.983.567)	19.653.688 (19.855.348)
Total		25.112.018	25.313.678	(201.660)

Reconciliação de ajustamentos de contas a receber

Descrição	Montante
Saldo inicial	23.983.567
Adições / reforço	19.855.348
Reversão	=
Saldo final	43.838.915

(b) O ajustamento corresponde as dívidas dos membros que na data do balanço apresentavam idade igual ou superior a 360 dias e que até a data de aprovação das demonstrações financeiras ainda não haviam sido liquidadas.

8. Outros activos correntes

	-	2017	2016	Variação
Pessoal	c)	1.819.933	826.995	992.939
Estudantes de Mestrado	d)	6.931.878	8.097.387 - 75.313	(1.165.508) 1.131.500
Adiantamentos a fornecedores diversos Millennium BIM - Cartão Crédito (CC		1.131.500		
		75.313		
Entidades privadas		9.797	-	9.797
Academia Limitada (Willow Language School)		480.000	18 11	- 480.000 - 80.000 42.000 -
Igreja Pentecostal Deus é amor Outros		80.000 42.000	42.000	

- c) A rubrica de pessoal inclui empréstimos e ou adiantamentos de salários aos colaboradores e adiantamentos para a realização de despesas nas delegações.
- d) O saldo de 6.931.878 MZN é referente a dívida dos estudantes do curso de mestrado em auditoria, organizado pela OCAM em parceira com a OROC e o ISPU.



9.	Capital	próprio
----	---------	---------

2017	2016	Variação
22.535.000	19.825.000	2.710.000
24.746.125	22.378.452	2.720.020
5.224.857	1.560.661	3.664.196
52.505.983	43.764.113	9.094.216
	22.535.000 24.746.125 5.224.857	22.535.000 19.825.000 24.746.125 22.378.452 5.224.857 1.560.661

Representação da jóia por Colégio

	2017	2016	Variação
Colégio dos auditores	2.565.000	2.450.000	4%
Singulares	2.185.000	2.130.000	2%
Sociedades	380.000	320.000	19%
Colégio dos contabilistas	19.970.000	17.375.000	15%
Singulares	19.380.000	16.865.000	15%
Sociedades	590.000	510.000	16%
Total	22.535.000	19.825.000	14%

10. Outros passivos correntes

		2017	2016	Variação
Imposto a pagar	e)	1.410.234	470.075	940.160
Outros		394.760	241.806	152.954
Total		1.804.995	711.881	1.093.114

e) Do saldo total apresentado nesta rubrica, 1.278.382 Meticais correspondem às retenções na fonte sobre os rendimentos profissionais.



11	Acréscimos	e diferimentos
and the second	ACICSCIIIOS	cuncimicinos

	2017	2016	Variação
Gastos diferidos e acréscimos de rendimentos	143.576	20.843	122.733
Renda	120.000	-	120.000
Seguros	23.576	20.843	2.733
Acréscimos de gastos e rendimentos diferidos	798.077	1.036.102	(238.025)
Honorários de auditoria	798.077	631.946	166.131
Honorários de formação e elaboração livro		404.156	(404.156)
Balanço	(654.501)	(1.015.259)	360.759

12. Rendimentos operacionais

Total		67.738.457	70.921.113	(3.182.657)
Outros rendimentos e ganhos		1.088.887	530.060	558.827
Mestrado em auditoria	h)	(14.560.612	(14.560.612)
Patrocínios	g)	13.545.570	8.130.782	5.414.788
Formações		966.500	587.159	379.341
Quotas	f)	52.137.500	47.112.500	5.025.000
	-	2017	2016	Variação
- remaindres operationals	<u>~</u>			

f) Quotas

O montante de 52.137.500 MZN referente a quotas é composto por contribuições dos membros dos colégios de auditores e contabilistas, subdivididas da seguinte forma:

	2017	2016	Variação
Colégio dos auditores Colégio dos contabilistas	3.033.000 49.104.500	2.854.000 44.258.500	179.000 4.846.000
Total	52.137.500	47.112.500	5.025.000

g) Patrocínios

O montante de 13.545.570 MZN registado na rubrica de patrocínios é correspondente a:

i. 13.064.320,00 MZN equivalentes a 200.000 EUR (219.200 US\$) doados pelo fundo do Governo da Irlanda no âmbito do Memorando de Entendimento (MdE) celebrado em setembro de 2015, cujo objectivo geral é o de articular a parceria entre a Ajuda Irlandesa e a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), e de estabelecer acordo relativos ao desenvolvimento da cooperação entre os participantes (para mais detalhes vide a nota 14 "Fundo doado pelo governo da Irlanda").



ii. 481,250 MZN referentes a patrocínio pela Fundação MASC no âmbito do Acordo de Financiamento com a referência: nº Grant/CD Committee 05/15 para o fundo (NUR 74/15) do Projecto "PE, Sistema de Governação e Índice de Transparência".

h) Propinas do curso de mestrado

Em Outubro de 2015 a OCAM celebrou um memorando de parceria com a Universidade Politécnica – ISPU e a Ordem dos Revisores Oficiais de Contas de Portugal – OROC para a realização de um curso de formação contínua dos auditores moçambicanos e ainda para a preparação de candidatos a exame de suficiência profissional. Para além da vertente de preparação e formação contínua dos candidatos, o curso possibilita a obtenção do grau académico de Mestre. Foram inscritos na primeira edição, cerca de 69 candidatos, dos quais 53 são membros da OCAM. O curso tem o seguinte custo: Taxa de inscrição 10,000 MZM | Preço do curso para membros 3,500 USD | Preço do curso para não membros 4,500 USD.

13. Gastos com o pessoal

	2017	2016	Variação
Remunerações dos trabalhadores	9.478.303	7.802.247	1.676.056
Encargos sobre remunerações	293.394	240.073	53.321
Ajudas de custos	485.217	3.039.924	(2.554.707)
Alimentação e gastos de acção social	692.796	494.289	198.507
Total	10.949.711	11.576.534	(626.824)

14. Fornecimentos e serviços de terceiros

	-	2017	2016	Variação	
Eletricidade e água		198.237	152.217	46.010	
Combustível		622,519	.00.000.000.000.000	46.019	
Consumíveis e ferramentas			538.244	84.275	
Artigos para oferta		933.365	441.637	491.728	
Manutenção e reparação		79.463	27.375	52.088	
		731.511	488.626	242.884	
Material de escritório		486.147	912.637	(426.490)	
Comunicações		870.326	783.358	86.968	
Honorários	i)	1.682.077	1.401.134	280,943	
Deslocações e estadias	j)	3.742.159	6.574.832	(2.832.674)	
Despesas de representação		614.920	305.223	309.697	
Rendas e alugueres		375.000	317.550	57.450	
Publicidade e propaganda		407.438	313.090	94.348	
Seguros		67.995	42.577	25.418	
Consultoria informática, tradução		295.930	455,542	(159.611)	
Despesas de formação	k)	10.574.330	11.864.740	(1.290.411)	
Organização e realização eventos	I)	6.582.481	5.472.903	1.109.578	
Prestação de serviços (assistência técnica)	m)	2.030.644	3,347,268	(1.316.625)	
Outros custos operacionais	10,00	942.669	947.729	(5.060)	
		ಾರ್ ಕಡಗುತ್ತುಕ್ಕಾರ್	5171723	(5.000)	
Total		31.237.210	34.386.684	(3.149.474)	



i) Honorários

Estão registados nesta rubrica as despesas referentes a serviços de auditoria externa e serviços jurídicos.

j) Deslocações e estadias

A rubrica de deslocações e estadias inclui para além de deslocações internas, as deslocações externas para Quénia, Africa do Sul, Maurícias e Zimbabwe.

k) Despesas de formação

Encontram registadas nesta rubrica, as despesas incorridas pela OCAM no âmbito das formações contínuas dos membros. Trata-se de uma acção que se enquadra no ciclo de formação contínua da (OCAM) que tem como objectivo contribuir para a formação contínua dos seus membros a fim de os tornar profissionais competentes e conhecedores de matérias no âmbito da Contabilidade, Fiscalidade, bem como do normativo ético que rege a profissão. Dentre várias despesas incorridas, destacam-se os honorários e ajudas de custos pagos aos consultores, aluguer de salas de formação, hospedagem e refeições.

I) Organização e realização eventos

Esta rubrica é constituída por despesas de deslocação e hospedagem relacionadas com eventos de comemoração do dia do Contabilista e Auditor de Moçambique em todas as delegações provinciais do País, despesas da realização da Assembleia Geral dos Colégios de Contabilistas e dos Auditores, despesas de eleições dos órgãos sociais, para além das despesas de participação nos eventos a nível externo em Kampala (Congresso da ACOA e 4º Congresso Africano de Contabilistas - CPA), Luanda (Fórum da OCPCA), Harare (Workshop organizado pelo PAAB/IASB sobre IFRS), Port Louis (Fórum para a criação do organismo africano outras).

m) Assistência técnica

Estão registados nesta rubrica as despesas relacionadas com o consultório técnico disponibilizado pela OCAM no âmbito de auscultação da medição do índice de transparência e acessória nos serviços de comunicação da OCAM.

15. Ajustamentos do período

	2017	2016	Variação
Ajustamento de contas a receber Membros Outros devedores	19.855.348 25.000	23.983.567 97.671	(4.128.219)
Total	19.880.348	24.081,238	(72.671) (4.200.890)
			(4.200.090)



16.	Rendimentos	e	ganhos	financeiros
-----	-------------	---	--------	-------------

Total	1.317.529	2.404.558	(1.087.029)
Outros	3.000	-	3.000
Diferenças cambiais	4.836	2.019.168	(2.014.332)
Juros de depósito a prazo	1.309.693	385.390	924.303
	2017	2016	Variação

17. Gastos financeiros

	2017	2016	Variação
Encargos e serviços bancários	609.180	467.674	141.507
Outros	16.416	26.930	(10.514)
Total	625.596	494.604	130.993

18. Fundos doados pelo Governo da Irlanda

18.1. Nota introdutória

No âmbito do seu programa de cooperação para o desenvolvimento, o Governo da Irlanda, assinou um Memorando de Entendimento (MdE) com a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM) em Setembro de 2015, cujo objetivo global é o de articular a parceria entre a Ajuda Irlandesa e a Ordem dos Contabilistas e Auditores de Moçambique (OCAM), e de estabelecer acordo relativos ao desenvolvimento da cooperação entre os participantes.

Para o exercício de 2017 a Ajuda Irlandesa comprometeu-se e providenciou financiamento a OCAM no montante de 200,000 EUR (Duzentos mil Euros), aplicados conforma a demonstração abaixo.

Estes fundos são parte integrante das demonstrações financeiras da OCAM.

18.2. Demonstração da aplicação do fundo doado pelo Governo da Irlanda

Descrição	2016	2015	Variação
Saldo de abertura	35.003	118	34.885
Regularizações	172	=)	172
Valor recebido	13.073.726	7.662.350	5.411.376
Valor gasto	(13.103.323)	(7.627.465)	(5.475.858)
Saldo de fecho	5.579	35.003	(29.424)

Os valores recebidos e gastos decompõem-se da seguinte forma:

Descrição	2017	2016	Variação
Saldo de abertura	35.003	118	34.885
Regularizações	172	:- :	172
Saldo de abertura regularizado	35.174	118	35.056
Recebimentos			
Governo da Irlanda	13.064.320	7.649.532	5.414.788
Juros obtidos	2.571	= 3	2,571
Diferenças cambiais favoráveis	4.836	12.818	(7.982)
Quotas	2.000	-	2.000
Total de recebimentos	13.073.726	7.662.350	5.411.377
Pagamentos			
Formação e capacitação dos membros	9.721.725	5.443.999	4,277,726
Quotas	*	90.420	(90.420)
Acomodação e passagens aéreas	2.423.844	524,436	1.899.408
Ajudas de custos	369.440	1.505.945	(1.136.505)
Equipamento informático	535.006		535.006
Outros	53.308	62,665	(9.357)
Total de Pagamentos	13.103.323	7.627.465	5.475.858
Saldo de fecho		-	
Saldo de recito	5.578	35.003	(29.424)
Representado por:			
ABC - 002249440210 - USD	4.803	34.885	(30.082)
ABC - 002249440119 - MZN	775	118	657
Total disponível	5.578	35.003	(29.425)

19. Eventos subsequentes

Eventos subsequentes ajustáveis

Nenhuma questão de relevância para os assuntos financeiros da OCAM ocorreu entre a data do balanço e a data de aprovação destas demonstrações financeiras.